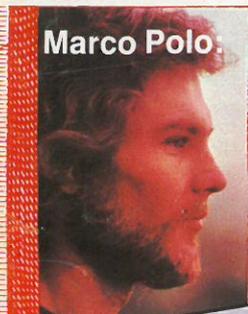


PLURAL

ABRIL — J. A. Salvador, João Bafo, M.^a Carrilho, Vítor Alves, J. M. Pereira, Vasco Lourenço, Oteló S. Carvalho, Melo Antunes, Costa Brás, Paixão Martins, Álvaro Guerra, Mário de Carvalho, J. Sasportes, A. Trigo de Abreu, Martins Barata, Manuel Pinto ■ **Investigação Científica** — Bruno da Ponte, Clara Queiroz ■ Gary

Hart — Saigado Zenha ■ **Descentralização** — Magalhães Mota, José Baptista ■ **Real Spring** — **Agustina Bessa-Luís** ■ **Entrevista: Mário de Carvalho** ■ **Em busca da Esquerda** — A. J. Saraiva e F. Louçã ■ **O Presidente responde** a H. S. Osório e M.^a Belo ■

7



Marco Polo

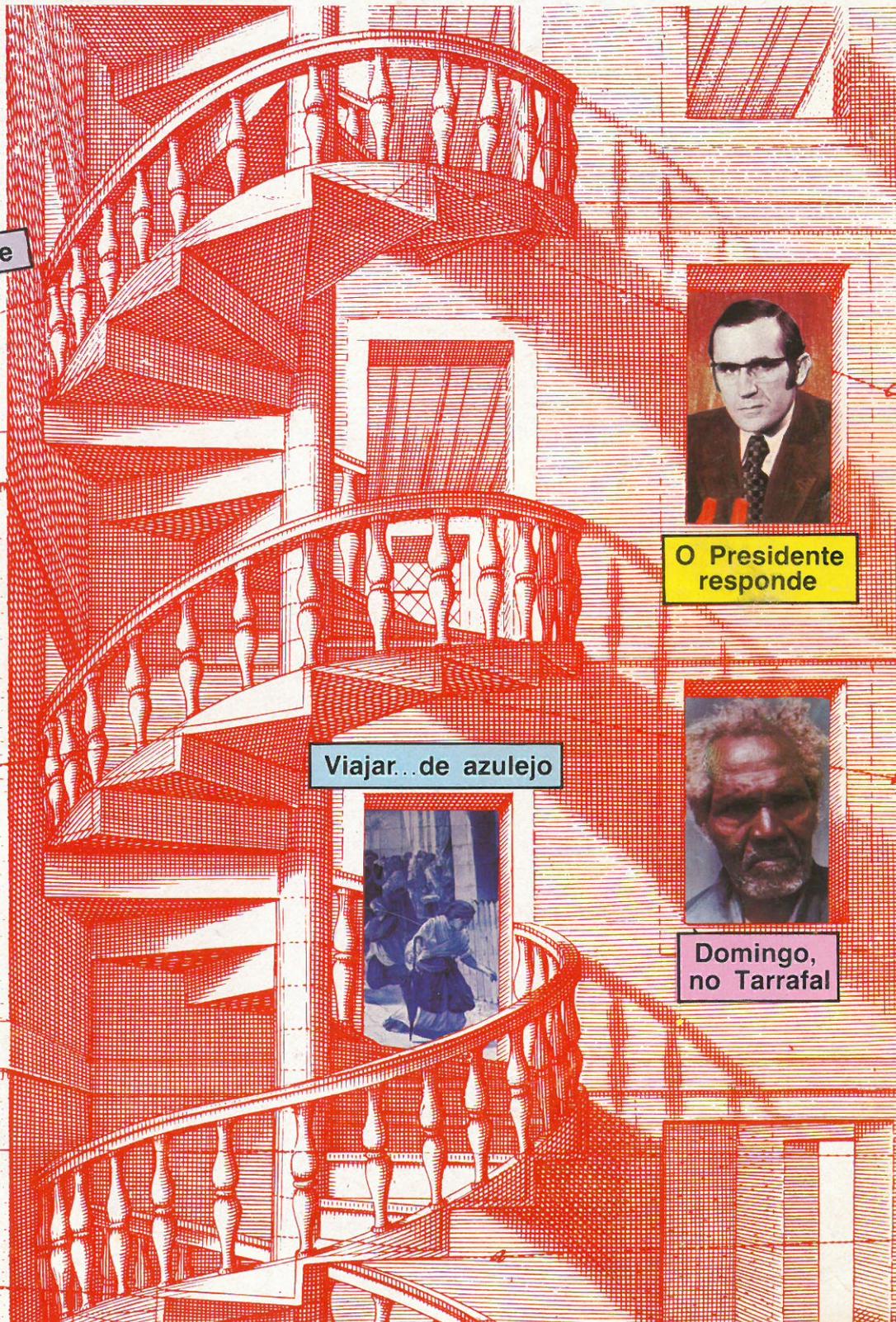
ao encontro do Oriente



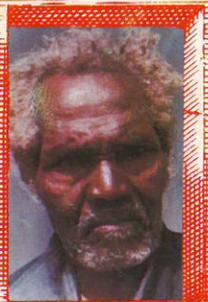
ABRIL

Capitães e gente solta

1984



O Presidente responde



Domingo, no Tarrafal

Viajar... de azulejo



Origem

Mensal • ABRIL 1984 • 100 ESC.

A Investigação Científica em Portugal



Em Busca da Esquerda

Incoerências de um positivista

António José Saraiva

Há poucas coisas que me exasperem tanto como a confusão mental. Quando o meu interlocutor faz misturadas heteróclitas que pretendem ser sequências lógicas, confundindo os géneros e as ordens de grandeza, alegando exemplos avulsos e anedóticos para definir estruturas globais e deixando-se escorregar pela facilidade demagógica, não sei responder, porque me falta o talento de humorista. Por isso hesitei em redigir os presentes comentários à prosa de João Martins Pereira, no n.º 4 de PLURAL.

Mas senti que a sua incoerência resulta da sua angústia de procurar uma verdade e do seu desespero de não poder aderir ao chamado «socialismo real», a que eu prefiro chamar «socialismo abortado». Não posso contribuir para minorar esse estado de espírito, mas não quero espicaçá-lo fugindo ao diálogo pelo silêncio. E estou convencido também de que JMP é sensível (a maior ou menor prazo) a uma crítica desapassionada.

Vou por isso apontar alguns dos ilogismos que tornam a sua prosa um pseudo discurso pouco convincente.

Primeiro exemplo: «*Optar por Reagan não é apenas optar pelas «maravilhosas» liberdades americanas. É optar necessariamente pelo sistema de poder americano (sic): pelos Pinochet, pelos Stroessner, pelos Marcos, pelos inúmeros ditadores sanguinários por esse mundo, pelas intervenções dos marines (Granada é apenas o último exemplo) pelo poder político das multinacionais, e por tudo o que está para trás, incluindo a guerra do Vietname, Somoza, Franco, Salazar e todos os «aliados seguros» que constituem o famoso «mundo livre».*»

A quantidade de coisas variadas referidas neste passo é impressionante. Reagan, que é um presidente eleito por quatro anos em 1980, é responsabilizado por todos os malfeitores e por todas as malfeitorias «que estão para trás». Admira-me que na lista dos «ditadores sanguinários» não se encontre Hitler, ao lado de Franco, e que entre as malfeitorias de Reagan faltem a guerra civil de Espanha, e a segunda guerra mundial. Em troca encontra-se o «poder político das multinacionais», como se isso tivesse especialmente que ver com o «sistema de poder americano», e não com o japonês, com o alemão e com o holandês.

Além disso JMP fala de Pinochet, Stroessner como se fossem bonecos fabricados pelos americanos ignorando que eles são criaturas correspondentes a situações próprias e concretas dos seus próprios países. Também Fidel de Castro não é uma mera emanção da Nomenclatura, mas um caudilho latino-americano, exactamente como o era Baptista, resultante das condições próprias de Cuba. Tal como Hitler emergiu de uma situação particular da Alemanha, resultante da derrota de 1918. É curioso que os que tanto falam do «concreto» esqueça que cada coisa tem a sua realidade. JMP facilmente entenderá que na Inglaterra, que é o país mais ligado aos Estados Unidos pela mentalidade e pelo sistema económico, não há Pinochets, nem Francos, nem Somozas, porque a Inglaterra tem a sua própria história e as suas próprias instituições. Os tiranetes da América Latina, incluindo Fidel de Castro, são o produto das condições locais e históricas, e não de qualquer outra região do mundo.

Segundo exemplo: JMP acusa-me de maniqueísta por só considerar duas opções. A verdade é que no mundo dos factos a guerra é entre os países liberais e os países totalitários e que

eu defendo a liberdade. Mas poderia eu escolher a terceira opção? JMP diz que eu não deixo margem a «outros preferíveis». Onde estão eles? Eu sei, estão no pensamento como ideia. E claro que como intelectual exprimo e continuarei a exprimir a minha preferência por certos preferíveis. No fundo sou, talvez, um anarco-socialista, usando a expressão do meu antigo professor Rodrigues Lapa. Mas para poder lutar por esse pensamento, por esse «possível», por essa ideia, eu preciso de uma sociedade onde haja liberdade de expressão e pluralismo de opinião. Não o poderia fazer num país totalitário. Sem liberdade não há opção possível. Os poetas e outros intelectuais cubanos que se manifestaram por outros «possíveis» estão na cadeia ou no exílio.

Escrevi e repito: «*Na hora da verdade o fugitivo escolhe o país onde gozará de mais liberdade*». Parece que JMP não entendeu isto e fez uma digressão a propósito ou despropósito. Mas eu tinha na cabeça um exemplo muito concreto: Bertold Brecht, o conhecido escritor «comunista», quando teve de abandonar a Alemanha para fugir ao totalitarismo nazi, não se foi estabelecer na URSS, mas sim nos Estados Unidos, onde ele sabia que tinha condições para continuar a defender o seu ideal. E Brecht não é caso único. A este respeito as considerações de JMP sobre a «hora da verdade» são uma *desconversa*.

Terceiro exemplo: Escreve JMP: «*Um intelectual não se pode permitir falar da liberdade em abstracto — e ao mesmo tempo proclamar-se destruidor de mitos*». Para JMP Liberdade é uma «abstracção» e um «mito» (mito, neste contexto, é o oposto de «verdade»). Por aqui se vêem as limitações positivistas dentro das quais se movem os seus raciocínios. Ele considera como mitos e abstracções uma coisa que está acima do seu nível de observação: os valores. Com efeito os valores sendo subjectivos não se vêem de fora.

A Liberdade *perfeita* não existe em parte alguma; mas esse é justamente o argumento dos inimigos da liberdade. Salazar disse: «*Não há liberdade, há liberdades*». Isto significa exactamente que só há as liberdades consignadas na lei; que as liberdades são matéria de Direito positivo e tem fundamento na vontade do legislador. São as «liberdades» consignadas na Constituição portuguesa de 1933 e na Constituição soviética de 1936 (e que aliás, o Poder não respeitou). E significa por outro lado que a Liberdade como valor não é reconhecida. As «liberdades» são objectivas, a «Liberdade» é subjectiva. É esta a ideia expressa por JMP quando diz que a Liberdade é uma abstracção e um mito. JMP não reconhece e, aparentemente, não conhece os valores. Para ele só há factos concretos e só são agentes históricos os interesses, não os indivíduos. É lógico, visto que a liberdade é um valor individual (ou se se quiser um instinto).

O valor não existe porque não está realizado. É como um vector. Para os que só aceitam os «interesses» como agente histórico, para os amigos do «concreto», os valores, que ninguém viu, são apenas metafísica, ou então como diz JMP «mitos», isto é fantasias.

Mas se assim é porque luta JMP contra o sistema capitalista, contra a fome e o desemprego? Em nome de quê? Se a fome existe, se o desemprego existe, se o Capital coexiste com isso

tudo, se esta é a realidade, se este é o mundo concreto, porque indignar-se? Certamente se JMP acha esse (este) mundo injusto é porque tem uma ideia da Justiça, que não existe mas que ele quer que exista. Para JMP só pode ser (embora ele o não saiba) um vector, um valor, exactamente como o é para mim, além da Justiça, a Liberdade, que não existe, realizada, em parte alguma.

Mas elas não são independentes. A Liberdade é um dos meios pelos quais se alcança a Justiça, como a História no-lo mostra.

Quarto exemplo: JMP cita um texto de um cineasta, Badham, sobre os perigos dos computadores como instrumentos da Polícia do Pensamento imaginada por Orwell. É uma antecipação de um futuro imaginário, mas possível em todo o mundo, sem excepção dos Estados Unidos. Diz Badham: «Muito em breve toda a nossa vida será colocada em bancos de memória de computadores. [...] É bom que no nosso país possamos falar destes assuntos, que tenhamos um debate, que possamos queixar-nos do governo por ele andar a espiar o que dizemos, e mesmo assim eles não perderem a cabeça e não nos procurarem enfiar na cadeia como presos políticos, o que certamente aconteceria noutros países.»

Isto significa que o governo tem meios para vigiar o Pensamento e a Liberdade, mas que nos Estados Unidos as pessoas podem falar dos assuntos policiais sem risco de irem para a cadeia, como aconteceria noutros países. Isto é o que diz Badham, e não como pretende JMP, que o sistema americano é «um sistema de liberdade vigiada». O que isto quer dizer é que no sistema americano apesar dos meios técnicos de que a Polícia pode dispor, não foi ainda possível abolir a Liberdade.

E porquê? Esta é a pergunta que exige resposta. Eu só vejo uma: o sistema americano é um sistema pluralista em que a Polícia não é orientada por um poder único ou por um partido único. JMP não chega a entender isto porque está obcecado pelo conceito marxista de «o Capital» como entidade homogénea, espécie de exército disciplinado sob o comando de um

general. Por isso escreve, à guisa de conclusão do seu comentário ao texto de Badham: «E o que estará já a dar [o «sistema de liberdade vigiada»] com negros portorriquenhos e outros «do género»?» Parece uma extrapolação do texto de Badham, mas nada tem a ver como ele. É uma frase puramente arbitrária, sem nada que a fundamente. E o que significa a expressão «outros do género»? Só o podem saber os que antecipadamente e incondicionalmente atacam os Estados Unidos, que identificam com o Capitalismo.

Poderíamos dar mais exemplos de confusão, mais ou menos involuntária, de JMP, confusão que por vezes toca as raízes da demagogia, mas queremos acrescentar uma nota sobre uma falsa noção que JMP repete como tantos outros: o de chamar «sistema capitalista» ao conjunto das sociedades de mercado, que são mais ou menos pluralistas. As sociedades de mercado não são sociedades de capitalismo homogéneo, administradas cientificamente com vista ao máximo rendimento. Os mais perfeitos sistemas capitalistas são, sim, aqueles a que usualmente se chama «socialistas», e especialmente os designados de «socialismo real», ou o que existe na realidade com esse nome.

Salvo erro foi Lenine quem chamou a atenção para a «anarquia do capitalismo», e com efeito nas sociedades de mercado o capital está disperso entre diversos proprietários e é diversamente orientado segundo critérios nem sempre racionais e científicos, mas por vezes subjectivos e até caprichosos. Nas sociedades de mercado não há Capital, mas capitais.

Pelo contrário, no Socialismo, o Capital é homogéneo, centralizado, identificado com o poder político unificado, e administrado em vista do rendimento máximo, segundo leis objectivas e «científicas». É aí que a Liberdade quasi naufraga, porque o homem é submetido às leis do Capital, que se torna impessoal e objectivo. Já Estaline disse esta frase reveladora: «O homem é o Capital mais precioso».

A única ameaça a esses sistemas é que os homens, apesar de serem utilizados como Capital, isto é como objecto, continuam a ter subjectividade. E a subjectividade, dom único do homem, que o positivismo procura abolir, é sempre uma ameaça potencial contra a «objectividade» científica do Capital. ■

A esquerda e os jantares de gala

Francisco Louçã

1 O livro de João Martins Pereira, *No Reino dos Falsos Avestruzes*, provocou uma onda de incomodidade. Escrito num «impulso em que se misturaram a revolta e a necessidade», o texto obrigou a algumas defesas (Eduardo Lourenço, A. J. Saraiva), provocou algumas críticas e suscitou variados comentários aéreos — significativamente nenhum tratando as questões essenciais postas à discussão: a crise da hegemonia burguesa, os mitos que gera quando confrontada com o passado «revolucionário» recente, o eanismo, a democracia, o socialismo.

Uma e outra atitudes são compreensíveis. O livro, como o alfaiate da história de Anderson, ataca todos de uma vez: os «cães de caça» (Lucena, Alçada, Cunha Rego, Pulido Valente, Seabra, Barreto, Sttau Monteiro e quejandos), a «dique» de «O Jornal», os «falsos avestruzes»..., toda a hipocrisia da política que vamos vivendo. Por outro lado, já é rotina que os escritos de J M Pereira sejam tomados como uma simpática voz do deserto (cheia de «boa fé» e «nostalgia», dizia Eduardo Lourenço); é a teimosia de um marxismo que não se rende às evidências do «pântano democrático». E assim se têm perdido oportunidades de reflexão tão interessantes como a suscitada por

Indústria, Ideologia e Quotidiano (1974) ou *O Socialismo, a Transição e o Caso Português* (1975).

Mas reconheça-se que a defesa das vaidades dos intelectuais, ou os debates das aparências, não constituem objecto para um confronto de ideias. Apesar disso, o gosto pelo debate sobre põe-se, e aí temos uma discussão apaixonada «em busca da esquerda» (será isso que justifica a resposta irritada e defensiva de J M Pereira aos seus críticos, no n.º 4 da PLURAL?). A verdade é que, nos momentos de crise das suas coerências — por outras palavras, quando os factos são mais teimosos do que as ideias, o que acontece com desagradável frequência neste século XX —, a esquerda gosta de se sentar no divã da opinião pública, e de psicanalisar os seus falhanços em voz alta. Há pelo menos dois momentos recentes em que isso foi evidente: quando os governos socialistas cedem a vez à iniciativa presidencial, a coerência da recuperação democrática do 25 de Abril entra em becos escuros e a direita sobe ao palco (debates «sobre a esquerda» na «Opção» de 1977 e 1978, na revista «Abril» em meados de 1978, no «Diário Popular» em finais de 1978 e princípios de 1979). Depois vem o silêncio: na oposição cómoda, era de novo fácil ser de esquerda. Agora vem o segundo

